AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Open Government Partnership Portugal

XXII Reunião da Rede Nacional de Administração Aberta

29 agosto 2023

REPÚBLICA PORTUGUESA

OGP – RNAA | AGENDA

14:30 | Receção dos membros da Rede Nacional da Administração Aberta
14:40 | Abertura da reunião
14:45 | Revisão dos estatutos/Regulamento
15:45 | II Plano de Ação Nacional – Balanço Final
16:15 | III Plano de Ação
17:15 | Outros assuntos & Encerramento

OGP – REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

COMPROMISSO

OGP – RNAA | COMPROMISSO

- Promover a transparência
- Fomentar a participação publica
- Combater a corrupção
- Utilizar as novas tecnologias para fortalecer a democracia participativa

ESTATUTOS / REGULAMENTO

REVISÃO

OGP – RNAA | ESTATUTOS/REGULAMENTO REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

Três documentos a discussão

- Estatutos em vigor
- Proposta AMA
- Proposta TI/PASC

Open Government Partnership Portugal

II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

BALANÇO FINAL

OGP – RNAA | II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA | BALANÇO FINAL

TAXA EXECUÇÃO GLOBAL – 73%

II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

BALANÇO FINAL POR COMPROMISSO

OGP – RNAA | II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

Open Government Partnership Portugal

#1 - Implementar o portal único da educação

0 50 100%

#2 - Desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças

0 50 100%

#3 - Desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos

0 50 100%

#4 - Criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados

0 50 100%

#5 - Evoluir e divulgar o portal Dados.gov

0 50 100%

#6 - Alertar e capacitar para as questões da cibersegurança

0 50 100%

#7 -Reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)

0 50 100%

#8 - Incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos

0 50 100%

#9 - Promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania)

0 50 100%

Compromisso 1

Implementar o portal único da educação

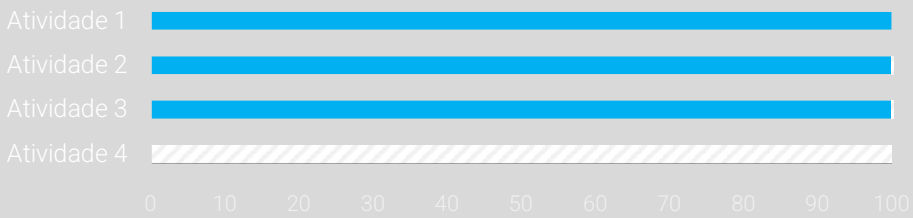
Criar uma porta de entrada única (Portal Único da Educação) que agregue plataformas e portais de entidades públicas relativos a eventos de vida escolar do ensino obrigatório em Portugal. O Portal deverá garantir:

- A simplificação do login e a utilização do mesmo gestor de entidades, adotando os princípios de autenticação.gov;
- O cumprimento dos padrões existentes em Portugal relativos ao serviço público;
- Uniformização face a outros serviços e portais existentes;
- A auscultação prévia de diferentes grupos de potenciais utilizadores, nomeadamente, estudantes, encarregados de educação, professores e funcionários.

Atividades macro

1. Levantamento dos serviços a integrar no portal e dos procedimentos subjacentes.
2. Disponibilização do Portal (fase 1) - disponibilização de portais públicos sem ser necessária a autenticação
3. Disponibilização do Portal (fase 2) - disponibilização dos serviços que requerem autenticação e área pessoal.
4. Avaliação das funcionalidades do Portal e identificação de correções e desenvolvimentos.

Ponto da situação



De acordo com o Decreto-Lei n.º 38/2022, de 30 de maio, as competências em matéria de sistemas de informação transitaram da DGEEC para o IGeFE, IP.

O Ministério da Educação criou o E360, um sistema integrado de gestão do aluno, que visa consolidar de forma centralizada, fiável, segura, os processos de gestão escolar dos alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário destinado a Encarregados de Educação, Docentes, Escolas e organismos centrais do Ministério da Educação.

Evidência do Portal E360
https://acesso.edu.gov.pt/sso/login.html

Os concorrentes do compromisso estão a redefinir o âmbito. Das atividades.

Compromisso 2

Desenvolver assistência virtual autónoma no Portal das Finanças

Robustecer o apoio fiscal prestado aos contribuintes, implementado uma linha de apoio disponível em permanência (24/7), que possibilite:

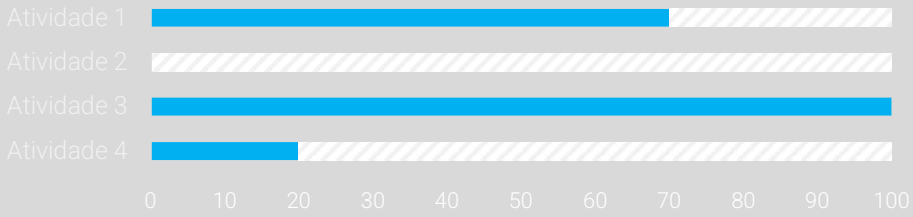
- a prestação automática de esclarecimentos;
- a celeridade e precisão nas respostas.

Complementarmente, que contribua para potenciar o cumprimento voluntário e a redução da litigância, para reforçar e aumentar a confiança dos cidadãos e contribuir para a inovação dos serviços prestados.

Atividades macro

1. Reforço da prontidão tecnológica e semântica.
2. Implementação de módulo de diagnóstico da relação, assente em indicadores recolhidos em back office e em focus group.
3. Treino e ajuste contínuo da prestação para aumento da eficiência.
4. Reavaliação e melhoria contínua.

Ponto da situação



A AT está a efetuar a alteração da plataforma do assistente virtual, num constante trabalho de melhoria na prontidão tecnológica e semântica, de modo a garantir a eficiência do atendimento. Da mesma forma estão a trabalhar na simplificação da linguagem.

Paralelamente, introduziram a componente de módulo de voz, de forma a facilitar e tornar mais inclusivo o atendimento.

O número de acessos ao assistente virtual duplicou e durante a campanha de IRS quase quadruplicou.

Compromisso 3

Desenvolver canais de atendimento inclusivos no acesso a serviços públicos

Disponibilizar canais de atendimento inclusivos de acesso a serviços públicos de modo a:

- aumentar a disponibilização de soluções telefónicas, de videoconferência, chat ou outras ferramentas de inclusão digital;
- reforçar a disponibilidade de opções multilíngue e da língua gestual portuguesa, sempre e quando aplicável.

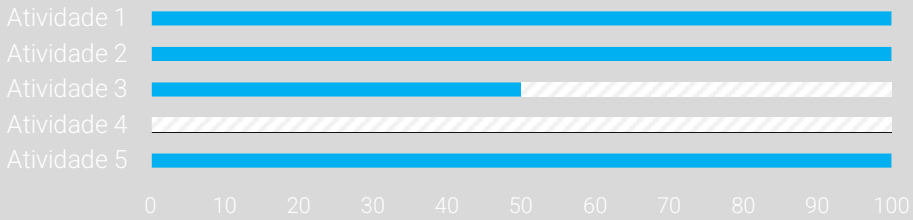
Tais alterações devem ser precedidas de uma auscultação prévia de diferentes grupos de potenciais utilizadores.

Atividades macro

1. Levantamento dos serviços mais procurados e aferir capacidade de resposta a perfis de utilizadores com vulnerabilidades.
2. Desenho detalhado do modelo de trabalho por atendimento em videoconferência, nos fluxos serviço-utente e utente-serviço.
3. Adaptação do serviço para responder às necessidades e dificuldades dos utilizadores com vulnerabilidades.
4. Testes e correções.
5. Disponibilização de pelo menos três serviço com atendimento inclusivo.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



Foi constituída uma parceria entre a AMA, INR, ACM e CIG. Para este projeto destacam-se 3 eixos de atuação:

- EIXO 1 - Desenvolvimento de ações piloto nos canais presencial, telefónico, videochamada e web, nas Lojas de Cidadão, Linha do Cidadão e portal ePortugal, para teste e desenvolvimento de abordagens de atendimento adequadas às diferentes necessidades e especificidades dos cidadãos e cidadãs.
  - Piloto nas LC Aveiro, Setúbal, Faro a decorrer de julho a dezembro, nos canais presenciais, videochamada web e telefónico (25 JUL);
- EIXO 2 - Conceção de Conteúdos Pedagógicos, Tutoriais e Programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento das Lojas de Cidadão, adequados aos novos desafios e ao que se pretende seja o atendimento do futuro nas matérias da inclusão e não discriminação.
  - Conceção de programas formativos e de capacitação dos profissionais de atendimento no contexto do atendimento inclusivo;
  - A formação inicial ocorreu de 20-28 de junho, e registou um total de 81 formandos, trabalhadores nas LC piloto (AMA, IEFP, AT, SEF, CMF, IRN, ISS e IMPIC).
  - A componente online do curso decorreu em julho.
- EIXO 3 - Elaboração e divulgação de guiões e orientações nos temas dos direitos humanos, acessibilidade, inclusão e não discriminação, para toda a Administração Pública.
  - Construção de 3 subguias para o atendimento inclusivo

Compromisso 4

Criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados

Desenvolver e divulgar um Manual de Boas Práticas para a partilha de dados entre os organismos da Administração Pública, integrado no modelo comum de desenvolvimento de serviços digitais, com o objetivo de:

- Aumentar e normalizar o nível de conhecimentos e a nomenclatura apropriada pelos diferentes organismos;
- Servir de base de conhecimento para o desenvolvimento de projetos neste âmbito.

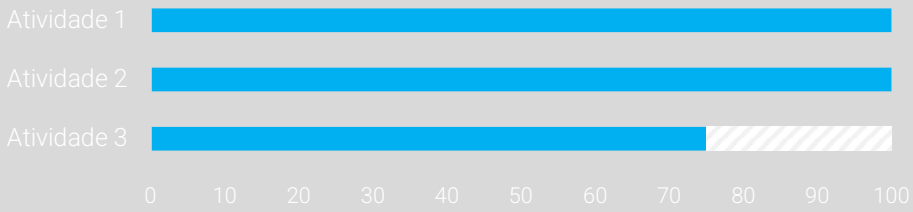
A criação deste documento deverá garantir o:

- O envolvimento de entidades públicas e parceiros da sociedade civil;
- O cumprimento dos requisitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Atividades macro

1. Publicação do manual de boas práticas para a disponibilização na IAP.
2. Sessões de workshops sobre boas práticas de interoperabilidade.
3. Melhoria dos processos de interoperabilidade.

Ponto da situação



Foi lançado o portal mosaico com boas práticas para a utilização iap, guias de apoio, indicações sobre interoperabilidade como informações sobre o carácter legal, organizacional e tecnológico e com outras ferramentas práticas.

Destacamos o ws de transformação digital da Administração Pública com o tema Mosaico, a ferramenta para o desenho e desenvolvimento de serviços públicos digitais centrados nos cidadãos e nas empresas.

WS dedicado ao tema da interoperabilidade promovendo a partilha de dados na Administração Pública.

Disponibilização de informação da plataforma iAP em https://www.iap.gov.pt/ onde se inclui a descrição dos serviços que podem ser usados, o catálogo de serviços disponíveis.

Existem desenvolvimentos a serem feitos no sentido de disponibilizar novas formas de acesso e interação com as entidades registadas na IAP, nomeadamente e para complementar a experiência de utilização e monitorização transacional das entidades presentes na iAP, a AMA está em fase final de desenvolvimento da nova Área Reservada da plataforma.
Nesta zona de acesso autenticado será possível a cada gestor de entidade na iAP, em modelo self-service ter visibilidade sobre o estado dos protocolos, incidentes em curso e também o número de transações realizadas.

Compromisso 5

Evoluir e divulgar o portal Dados.gov

Evoluir o portal dados.gov, através de:

- Novas componentes para melhorar a análise dos dados, bem como a sua fiabilidade;
- Maior volume de dados disponibilizados, incrementando o portfólio de entidades públicas;
- Investimento na comunicação e pedagogia sobre o Portal para informar e auscultar as necessidades da sociedade civil.

Atividades macro

1. Realizar um inquérito, a ser distribuído pelas entidades, com o propósito de aferir o nível de envolvimento com o dados.gov, a necessidade de dados, o grau de maturidade na partilha de dados e o ponto de situação sobre o cumprimento da Directiva (UE) 2019/1024.
2. Realização de focus group para auscultar as necessidades dos utilizadores.
3. Realizar workshops com a sociedade civil para aumentar a envolvência sobre esta temática.
4. Introduzir melhorias no Portal dados.gov

Ponto da situação

O Portal dados.gov está em constante desenvolvimento e atualização tendo em vista a melhoria do portal e a disponibilização de mais dados.

Igualmente têm sido realizados workshops com a academia e sociedade civil para garantir a auscultação das necessidades e oportunidades de melhoria, concretamente:

- Open Gov Week 2022 - Webinar, com 61 participantes e 112 comentários de propostas de oportunidades futuras.
- Webinar dados abertos - 2 dez 2022 – debate de oportunidades e desafios.
- Workshop sobre Estratégia de Dados na Administração Pública (AP) – 20 jan 2023 – discussão de 20 temas.
- Open Gov Week 2023 – Webinar dedicado ao Portal Mais Transparência, dados abertos. Cerca de 160 participantes.

Fonte de Informação: Plataforma Dados.gov

Compromisso 6

Alertar e capacitar para as questões da cibersegurança

Desenvolver um conjunto de iniciativas de produção e partilha de conhecimento e boas práticas de cibersegurança, que permita:

- O aumento da notoriedade e sensibilização para a temática da cibersegurança;
- O aumento da capacidade de interpretação e implementação das normas e regras de segurança já estabelecidas, junto de entidades que usam os meios digitais para as suas atividades;
- A capacitação do tecido empresarial e da Administração Pública para o desenvolvimento de estratégias de segurança digital nos seus negócios mantendo a adequada proteção dos seus dados empresariais.

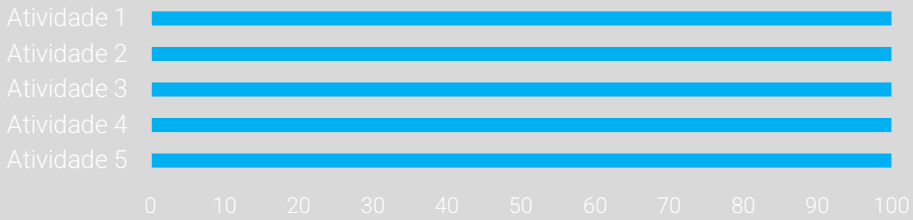
Esta aproximação permitirá ainda ao Gabinete Nacional de Segurança e ao Centro Nacional de Cibersegurança contactar com as necessidades e problemas atravessados pelo tecido empresarial e a Administração Pública na área da cibersegurança e suportar a adaptação dos seus procedimentos.

Atividades macro

1. Elaborar um diagnóstico das áreas identificadas com maior necessidade aprofundamento.
2. Realizar sessões de esclarecimento com públicos específicos (empresários de diferentes áreas, empreendedores, cidadãos em geral) para "traduzir" os referenciais existentes sobre cibersegurança, bem como capacitação e adoção de práticas em defesa das ciberameaças, permitindo detetar, atenuar e recuperar situações de vulnerabilidade.
3. Apresentação de resultados no encontro nacional - Cybersecurity days - CDAYS 2022.
4. Participação no Fórum de Cibersegurança da Administração Pública.
5. Avaliação dos resultados obtidos por via da atualização do diagnóstico realizado (ativ.1), identificação de novas áreas de atuação.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



Foi publicado, em dezembro de 2021, o Relatório Sociedade 2021. A 3ª edição, analisa os dados sobre atitudes, comportamentos, educação e sensibilização face à cibersegurança. Tem como novidade o destaque de alguns indicadores correlacionados com possíveis impactos da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço; um novo capítulo sobre os usos das tecnologias digitais em geral; o aprofundamento do inquérito sobre as ações de sensibilização; e um conjunto de recomendações.

Entre janeiro de 2021 e 31 de março de 2022, foram realizadas diversas ações de sensibilização sobre diversas temáticas relacionadas com a Cibersegurança e de "tradução" dos referenciais existentes nesta área: Cursos Gerais de Cibersegurança, Cursos Gerais de Ciberhigiene, Ações de Sensibilização em Cibersegurança para diversos públicos, Roadshow Nacional 2022 (consiste na realização de várias sessões de sensibilização deslocalizadas por todo o País sobre o Enquadramento relativo ao Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e respetiva regulamentação referida no Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho), MOOCs sobre Cibersegurança, entre outras. No seu conjunto, estas iniciativas de sensibilização alcançaram cerca de 7000 cidadãos e os MOOCs mais de 37000 participantes.

O Fórum de Cibersegurança da Administração Pública (FCSAP), realizou-se no dia 7 de junho de 2022, uma iniciativa do Centro Nacional de Cibersegurança.

Compromisso 7

Reforçar a transparência através do reforço do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)

Contribuir para o aumento de notoriedade e implementação eficaz do RCBE:

- Dinamizando iniciativas que aumentem o conhecimento e notoriedade da sua existência;
- Divulgando o apoio na concretização do mesmo;
- Contribuindo para a identificação de outras fontes de dados públicos que permitam criar inteligência e alarmística;
- Adotando procedimentos que permitam incentivar maior transparência e escrutínio público.

Atividades macro

1. Implementação do Beneficial Ownership Data Standard, ou similar, para garantir que o acesso ao RCBE se faz de acordo com as melhores práticas internacionais em matéria de acesso à informação de natureza pública e dados abertos.
2. Desenvolver uma campanha de sensibilização dirigida às entidades obrigadas sobre a indispensabilidade de registo dos seus beneficiários efetivos, informando sobre a utilidade social do RCBE e instruindo sobre o funcionamento do mecanismo de registo para que todas as entidades o consigam realizar com o máximo de autonomia.
3. Estabelecer a ligação do RCBE a outras fontes de dados públicos, como por exemplo o Portal de Contratos Públicos (Base.gov).

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação

Foi criado, disponibilizado e divulgado um guia de procedimento RCBE.

Disponibilizado o guia em:

https://justica.gov.pt/Guias/guia-do-registo-central-do-beneficiario-efetivo-rcbe

Divulgado:

https://www.linkedin.com/company/instituto-dos-registos-e-donotariado/posts/?feedView=images

Compromisso 8

Incrementar a transparência e a prevenção da corrupção na implementação do PRR e na aplicação de fundos públicos

Fomentar a monitorização transversal e simplificada das fontes de informação existentes contribuindo para a sua evolução e inteligibilidade no sentido de:

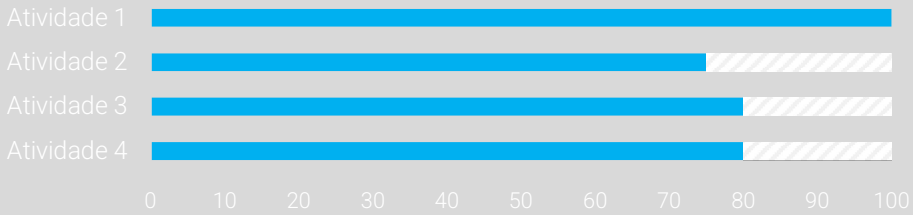
- responsabilização dos decisores políticos e as instituições públicas;
- prevenção dos desvios e da corrupção;
- incremento da confiança dos cidadãos e das empresas

Atividades macro

1. Incorporar no Portal Mais Transparência toda a informação sobre os investimentos públicos nas diferentes áreas de execução do PRR, incluindo os valores de execução, beneficiários e fornecedores.
2. Desenvolver uma campanha de comunicação e sensibilização focada nas funcionalidades do Portal Mais Transparência dirigida a diferentes públicos, promovendo a sua utilização.
3. Promover o desenvolvimento de ferramentas de monitorização cívica para prevenir a corrupção, nomeadamente *dashboards* de visualização de dados de contratação pública e a implementação de Pactos de Integridade, pelas autoridades gestoras dos fundos.
4. Ligar o Portal Mais Transparência a outras fontes de dados, como o Portal Base, de forma automática e acessível ao utilizador não especializado.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



A 22 dezembro foram disponibilizados, no portal, os dados dos beneficiários e projetos.

No âmbito do acompanhamento do PRR foi criada a Comissão Independente para o acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC), que semestralmente envia recomendações sobre a tramitação de procedimentos.

É possível, através do portal, ver os contratos que se encontram no portal base, através de um redireccionamento direto.

Open Gov Week 2023 – Webinar dedicado ao Portal Mais Transparência, dados abertos. Cerca de 160 participantes.

WS previstos para julho.

Portal Mais Transparência serve de fonte em diversos conteúdos mostrados na comunicação social.

Compromisso 9

Promover a cidadania através do reforço do acesso à informação (+Informação +Cidadania)

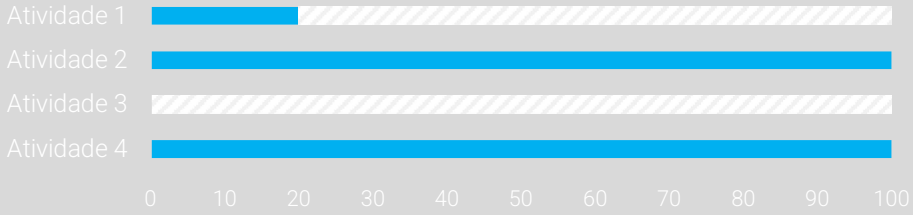
O compromisso visa promover, junto do Cidadão, o acesso à informação sobre o SIOE e potenciar a implementação da Lei 26/2016, de 22 de agosto.
Neste sentido, incrementar o volume e a qualidade de informação acessível ao Cidadão para salvaguardar o seu direito basilar de acesso à informação.

Atividades macro

1. Determinar a identificação de todos os responsáveis pelo acesso à informação administrativa e ambiental nos websites institucionais de todas as entidades públicas elegíveis.
2. Desenvolver uma campanha de sensibilização sobre a LADA e boas práticas de disponibilização da informação junto de públicos diferenciados, incluindo os agentes públicos.
3. Desenvolver uma campanha de comunicação focada nas funcionalidades do SIOE, especialmente dirigida a escolas e instituições de Ensino Superior, promovendo a sua utilização pelo público mais jovem.
4. Garantir que o interface do SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado é melhorado de acordo com os desenvolvimentos reportados pela DGAEP aquando da implementação do compromisso #5 inscrito no I PNAA.

Open Government Partnership Portugal

Ponto da situação



A comunicação que as entidades fazem à CADA sobre a designação de responsável por acesso a informação é realizada de forma voluntária; em geral, decorre de informação sequente de queixa por recusa de acesso ou de pedido de parecer por parte das entidades sobre a decisão a tomar perante pedidos de acesso. Presentemente, existem 218 entidades registadas.

A CADA esteve e está sempre disponível para participar em campanhas de sensibilização sobre a LADA, tais campanhas poderiam ter uma dupla dimensão:

- A de dar a conhecer aos particulares (cidadãos e empresas) o seu direito de acesso à informação administrativa, que é um direito fundamental;
- A de sensibilizar as entidades às quais se aplica a LADA para o dever de ser facultado o acesso.

Desde 2021 foram realizadas ações de sensibilização sobre o LADA em colaboração com diversas entidades.

III PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DESENVOLVIMENTO

OGP – RNAA | III PLANO DE AÇÃO ADMINISTRAÇÃO ABERTA

Open Government Partnership Portugal

DESCOBERTA

Instrumentos de análise:
- Recomendações IRM II PANAA;
- Reclamações e queixas da provedoria da justiça;
- Resultado do roadshow ANJE;
- Outros a definir.

Sessões de abertas de diagnóstico.

Resultado esperado:
Identificação das áreas de problema.

CRIAÇÃO

Policy scan entre problemas identificados e estratégias a definir.

Sessões de geração cocriação dos compromissos acompanhadas pelas áreas de governo.

Formulário de submissão de propostas de compromisso

Resultados esperados:
Geração de propostas de compromissos.

CONCEÇÃO

Seleção dos compromissos.

Definição dos compromissos, atividades macro e métricas em colaboração entre as entidades executoras, RNAA e outros parceiros identificados.

Resultados esperados:
Alinhamento e construção partilhada de compromissos.

ENTREGA

Consulta pública dos compromissos.

Integração das entidades executoras por inerência na RNAA.

Resultados esperados:
Publicação do III PANAA.

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | RECOMENDATIONS

Recomendações para o III plano de ação a desenvolver

I. Processo de Cocriação

Standard 1: Estabelecer um espaço para diálogo e colaboração contínuos entre o governo, a sociedade civil e outras partes interessadas não governamentais.

Padrão 2: Fornecer informações abertas, acessíveis e oportunas sobre as atividades e o andamento da participação de um membro na OGP.

Padrão 3: Oferecer oportunidades inclusivas e informadas para a participação pública durante a cocriação do plano de ação.

Padrão 4: Fornecer uma resposta fundamentada e garantir o diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil e outras partes interessadas não governamentais, conforme apropriado, durante a cocriação do plano de ação.

Padrão 5: Oferecer oportunidades inclusivas e informadas para diálogo e colaboração contínuos durante a implementação e monitoramento do plano de ação.

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | REQUISITOS MINÍMOS

Recomendações para o III plano de ação a desenvolver

I. Processo de Cocriação

Padrão 1: Estabelecer um espaço para diálogo e colaboração contínuos entre o governo, a sociedade civil e outras partes interessadas não governamentais.

- É estabelecido um espaço para diálogo contínuo com a participação de membros do governo e da sociedade civil, e de outros representantes não governamentais, conforme adequado, com reuniões regulares (mínimo semestralmente). As regras básicas de participação são públicas.

Padrão 2: Fornecer informações abertas, acessíveis e oportunas sobre as atividades e o andamento da participação de um membro na OGP.

- É mantido um site público da OGP dedicado à participação dos associados na OGP.
- No site on-line da OGP é mantido (atualização mínima semestral) um repositório de documentos disponíveis ao público. O site OGP fornece acesso a documentos relacionados ao processo da OGP, incluindo, no mínimo, informações e evidências do processo de cocriação e da implementação de compromissos.

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | REQUISITOS MINÍMOS

Padrão 3: Oferecer oportunidades inclusivas e informadas para a participação pública durante a cocriação do plano de ação.

- O multi-stakeholder fórum (MSF) quando estabelecido, ou o governo onde não há MSF, publica no site/página da OGP o cronograma de cocriação e visão geral das oportunidades para os stakeholders participarem pelo menos duas semanas antes do início do processo de desenvolvimento do plano de ação
- O MSF, quando estabelecido, ou o governo onde não há MSF, realiza atividades de divulgação com as partes interessadas para aumentar a conscientização sobre a OGP e as oportunidades de envolvimento no desenvolvimento do plano de ação.
- O MSF, quando estabelecido, ou o governo, onde não há MSF, desenvolve um mecanismo para coletar contribuições de várias partes interessadas durante um período de tempo apropriado para o mecanismo escolhido.

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | REQUISITOS MINÍMOS

Padrão 4: Fornecer uma resposta fundamentada e garantir o diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil e outras partes interessadas não governamentais, conforme apropriado, durante a cocriação do plano de ação.

- O MSF, quando estabelecido, ou o governo onde não há MSF, documenta e relata ou publica feedback por escrito para as partes interessadas sobre como suas contribuições foram consideradas durante o desenvolvimento do plano de ação.

Padrão 5: Oferecer oportunidades inclusivas e informadas para diálogo e colaboração contínuos durante a implementação e monitoramento do plano de ação.

- O MSF quando estabelecido, ou o governo onde não há MSF, realiza pelo menos duas reuniões por ano com a sociedade civil para apresentar resultados sobre a implementação do plano de ação e coletar comentários.

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | RECOMENDATIONS

II. DESENHO III PLANO, ÁREAS OPORTUNIDADE DE COMPROMISSOS

Área 1: Declaração de Ativos Transparente

Área 2: Proteção ao Autor da Denúncia

Área 3: Registo Central de Beneficiários Efetivos

Área 4: Registo Cadastral sem ónus e público

Área 5: Contratação Pública transparente

II. DESENHO III PLANO, ÁREAS OPORTUNIDADE DE COMPROMISSOS

Objetivo 1: Construir uma comunidade crescente, comprometida e interconectada com reformas do governo aberto, ativistas e “Champions”
→ Coligação politica global mais forte
→ Investir no desenvolvimento de lideranças
→ Expandir alianças e parcerias estratégicas

Objectivo 2: Fazer com que o governo aberto, seja central no modo como todos os níveis e ramos de governo funcionam e hierarquizam as prioridades
→ Fornecer uma “framework” flexível adequada a diversos contextos
→ generalização do governo aberto em todos os níveis e ramos
→ Ser mais responsivo às janelas de oportunidade política

OGP – RNAA | INDEPENDENT REPORTING MECHANISM | ESTRATÉGIA 23-28

II. DESENHO III PLANO, ÁREAS OPORTUNIDADE DE COMPROMISSOS

Objectivo 3: Proteger e expandir o espaço cívico
→ Incentivar ações desenvolvidas no espaço cívica e promover “Champions” (disseminadores)
→ Fazer cumprir e rever periodicamente as políticas da OGP no espaço cívico

Objectivo 4: Acelerar o progresso coletivo nas reformas no governo aberto
→ Elevar o nível de transparência, responsabilidade, participação e inclusão
→ Lançar um desafio em toda a linha para promover a ação coletiva

Objetivo 5: Tornar-se a “casa” da inspiração em matéria de inovação, prova e histórias de governo aberto
→ Desenvolver, selecionar e compartilhar conteúdo de alta qualidade
→ Criar espaços para as pessoas compartilharem suas histórias e se conectarem

OGP – RNAA | III PLANO DE AÇÃO ADMINISTRAÇÃO ABERTA | INPUTS REDE

- Avaliação impacto da LADA (CADA)
- Responsáveis de acesso à informação (RAI), criar sistema de apoio, em rede, desde logo para afastar a colagem entre RAI e DPO (CADA)
- Promover alguns indicadores do Índice de transparência municipal a compromisso, possíveis envolvidos, desde logo o nosso parceiro da Rede Nacional de Municípios Portugueses, IGF e DGAL
- Sistema de Informação dos Organismos do Estado, (DGAEP)
- Registo Central de Beneficiários Efetivos, (IRN)
- Avaliar compromisso ligado a portal de transparência, identificar indicadores de transparência, estudar Portal para o efeito (Portal +Transparência) (AMA)
- Avaliar a pertinência de alguns dos compromissos não alcançados no II Plano de Ação transitarem para o III Plano de Ação, a OGP validou este tema.

Open Government Partnership Portugal

OGP – REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

OGP GLOBAL SUMMIT - TALLINN

AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Open Government Partnership Portugal

REPÚBLICA PORTUGUESA